

Aprovada terceirização do metrô

RENATO ALVES

**POR 15 VOTOS
A OITO, DISTRITAIS
DECIDEM QUE
OPERAÇÃO PODE
SER FEITA POR
EMPRESA PRIVADA**

MÁRCIA DELGADO

A operação do metrô de Brasília será feita pela iniciativa privada. A Câmara Legislativa aprovou ontem à noite, por 15 votos a favor e oito contra, o projeto de lei do Executivo que terceiriza o sistema de transporte. A empresa ou consórcio de empresas que saírem vencedores do processo de concorrência pública terão concessão dos serviços por um prazo de 25 anos.

O sistema de integração dos ônibus com o metrô ficará também por conta das empresas privadas. A bancada governista garante que a aprovação do projeto não implica em demissões dos funcionários do metrô (eles somam cerca de 600). "O próprio governo já deixou claro que aqueles concursados que não quiserem ficar no metrô poderão ser incorporados por outros órgãos", explica José Edmar (PMDB).

Uma outra preocupação é com relação ao preço das tarifas. A oposição acha que o preço dos bilhetes serão salgados, com a terceirização. "O preço das passagens estará nas mãos do Estado; não haverá valores exorbitantes", garante o líder do governo na Câmara, deputado Edimar Pirineus.

Ele diz que a aprovação do projeto evitará um prejuízo de R\$ 5 milhões aos cofres públicos. A proposta do metrô não estava na pauta, ontem, mas foi incluída pelo presidente da Casa, deputado Gim Argello, a pedido de Pirineus, para protesto da oposição.



SE FICAR nas mãos do Estado, o metrô pode dar um prejuízo aos cofres públicos de R\$ 5 milhões, segundo o deputado Edmar Pirineus

Oposição vai à Justiça contra decisão

"Um projeto desta envergadura não pode ser aprovado a toque de caixa, como está acontecendo aqui, sem que haja uma discussão com a sociedade", disse a deputada Lúcia Carvalho, líder do PT na Câmara, usando a tribuna. Pirineus rebate: "Esta proposta está sendo discutida desde o governo passado".

A oposição vai entrar hoje com uma ação na Justiça para anular a decisão. "A proposta está em desacordo com a lei de concessões de uso; não define, por exemplo, a contrapartida (as obrigações) da empresa vencedora", explica Lúcia Carvalho.

Outros parlamentares opositores fizeram seus protestos. Depois de ouvir bastante, o deputado João de Deus (PDT) se levantou e também usou a tribuna, mas para lembrar que a terceirização do metrô é uma discussão que se arrasta há anos.

Ele leu, ao microfone, um protocolo de intenções entre governo federal e o governador Cristovam Buarque, assinado em 2 de setembro de 1997, no qual fica estabeleci-

do a concessão ao setor privado, por meio de licitação, da operação do metrô. A oposição reagiu. "O PT foi contra a assinatura deste protocolo; o

PT é o PT e Cristovam é apenas um filiado do partido", afirmou a deputada Maria José Maninha.

O projeto que terceiriza o metrô foi aprovado, em voto aberto no plenário, pelos parlamentares na Comissão

de Constituição e Justiça (CCJ) e, logo em seguida, eles fizeram a votação em 1º e 2º turnos. "Estudos mos-

tram que todos os metrô do mundo são deficitários; o do DF daria um prejuízo de R\$ 5 milhões ao mês", argumentou Pirineus.

O deputado César Lacerda (PTB) esclarece que a proposta não implica em privatização do metrô. "Daqui a 25 anos, o sistema volta para as mãos do governo com as benfeitorias", ressalta. Para a oposição não é bem assim. "É uma privatização disfarçada; foram investidos R\$ 1, 3 bilhão de dinheiro público na obra, que agora vai ser operada pela iniciativa privada", observa o deputado Renato Rainha (PL).

**Governistas
garantem que
não haverá
demissões
dos servidores
concursados**